

Editorial

Caros leitores,

É com grande satisfação que apresentamos a primeira edição de 2024 (v. 19, n. 1) da Revista do Direito Público da Universidade Estadual de Londrina. Nesta edição, trazemos uma seleção diversificada de artigos que analisam questões prementes e desafiadoras do cenário jurídico contemporâneo.

O processo decisório no âmbito judicial é o foco de um dos artigos desta edição. Em “Rastreamento do Processo Cognitivo Empregado para Decidir: Lógica do Dever de Fundamentação das Decisões Judiciais”, os autores exploram a importância da fundamentação das decisões judiciais para garantir a segurança jurídica e o devido processo legal substancial. A análise minuciosa do processo cognitivo empregado revela não apenas a lógica por trás das decisões, mas também a relação intrínseca entre a fundamentação e as garantias constitucionais de defesa ampla e contraditório.

Outro tema estudado nesta edição é a relação entre análise de impacto regulatório e pragmatismo jurídico. No artigo “Análise de Impacto Regulatório e Pragmatismo Jurídico: Levando as Consequências Regulatórias a Sério”, os autores exploram como a análise de impacto regulatório pode aprimorar a eficiência e transparência do processo decisório das agências reguladoras, contribuindo para uma melhor governança e racionalidade nas políticas públicas.

Além disso, a edição traz reflexões sobre direitos fundamentais, como o direito do trabalhador à desconexão digital e o acesso à justiça no direito à educação infantil em creche. Os artigos “O Direito do Trabalhador à Desconexão Digital”, “Defensoria Pública e Acesso à Justiça no Direito à Educação Infantil em Creche em Londrina” e “Acesso a direitos sociais pelos Núcleos de Prática Jurídica: estudo da Universidade Federal de Viçosa/MG” oferecem insights valiosos sobre como o ordenamento jurídico pode garantir a proteção dos direitos individuais e sociais em um contexto de constante evolução tecnológica e social.

A pluralidade jurídica e seus impactos no direito penal contemporâneo também são objeto de análise nesta edição. Em “O Pluralismo Jurídico e o Seu Impacto no Direito Penal Contemporâneo”, os autores exploram como o reconhecimento das diferenças e a gestão multicultural da sociedade influenciam a interpretação e aplicação do direito penal, refletindo uma abordagem mais discursiva e prospectiva do sistema jurídico.

No âmbito do Direito Internacional, apresentamos os artigos “A mitigação da soberania decisória do Estado-nação democrático frente ao processo de globalização econômica”, “Conflito de agência e governança corporativa: as lições do caso Parmalat” e “Constitucionalismo diatópico: abertura ao constitucionalismo global”, que almejam analisar os impactos da globalização nas relações jurídicas e

comerciais internacionais.

No que concerne ao Direito Constitucional, destacam-se os trabalhos “A presença das teorias da democracia deliberativa na criação dos conselhos municipais de promoção da igualdade racial”, que analisa o surgimento dos Conselhos Municipais de Promoção da Igualdade Racial enquanto espaço de participação política, e “A aplicação do direito frente ao amparo assistencial ao estrangeiro residente no Brasil”, que tem como objetivo analisar a possibilidade de concessão de benefícios assistenciais aos estrangeiros com residência fixa no Brasil.

Ampliando os questionamentos sobre as políticas públicas, o artigo “O PNAE e a política pública de fomento da agricultura familiar em municípios alagoanos: uma análise sob a ótica do pacto federativo”, destaca a importância das diretrizes intersetoriais do Programa Nacional de Alimentação Escolar no fomento do fortalecimento da agricultura familiar e do incentivo as economias locais.

No campo do Direito Civil, apresentamos o artigo “A proteção de dados e o princípio da dignidade humana: uma compreensão acerca da autodeterminação informativa” pressupõe a análise do objeto em uma relação dialética entre o Direito Natural e o Direito Positivo, orientada pela concretização da perspectiva personalista da dignidade, que coloca a pessoa humana no centro do ordenamento jurídico. Ainda na temática do impacto da evolução da tecnologia nas relações jurídicas, o artigo “Reprodução humana assistida *post mortem* e a atuação dos tribunais brasileiros: análise do recurso especial 1.918.421/SP”, tem como objetivo traçar qual tem sido o entendimento jurisprudencial sobre o assunto e como o ordenamento jurídico tem regulamentado os procedimentos envolvendo RHA.

O artigo, “Atos notariais eletrônicos – E-notariado: ampliação do acesso à justiça com o advento da Covid-19 – uma análise do Provimento 100 do CNJ”, busca investigar se a plataforma do E-notariado, implementada a partir do Provimento nº 100, alcançou os patamares desejados para ampliar o direito de acesso à justiça, bem como sua efetividade.

Além dos artigos, trazemos também duas resenhas de obras de destaque no campo do direito: “Filosofia do Direito”, de Alysson Leandro Mascaro e “Sustentabilidade: Direito ao Futuro”, de Juarez Freitas.

Esperamos que os artigos selecionados estimulem o debate acadêmico e contribuam para o aprimoramento do conhecimento jurídico. Boa leitura!

Prof. Dr. Luiz Fernando Bellinetti
Abril de 2024.